

ESCRavidÃO

Regime social de sujeição e exploração do homem e de sua força de trabalho - entendida como propriedade privada . No Brasil, a escravatura nasce com a colonização, sobrevive a ela e é oficialmente extinta apenas em 1888. A escravidão atinge primeiro os indígenas e, depois, os africanos. A economia colonial precisa ter baixo custo interno para garantir rentabilidade e bons preços no mercado externo. Por isso os colonos procuram baratear sua produção por meio de extrativismo predatório, agricultura extensiva e trabalho escravo. O trabalho compulsório dos indígenas é usado em diferentes regiões do Brasil até meados do século XVIII. A caça ao índio é um negócio local, e o ganho obtido com sua venda permanece nas mãos dos colonos, sem lucro para Portugal.

Os índios cativos são eficientes na extração do pau-brasil, mas não na atividade agrícola. Para ela, sobretudo nas plantações e nos engenhos de açúcar , a solução são os escravos negros. Trazidos da África para o Brasil a partir de 1530, eles são vendidos em escala crescente por traficantes portugueses, com lucro para ambos os lados. O preço alto do escravo africano é amortizado pelo tempo de cinco a dez anos de trabalho forçado e, nos séculos XVII e XVIII, eles são a grande massa trabalhadora da agricultura, da mineração e das atividades econômicas urbanas.

Sociedade e religião – A inserção da população negra na sociedade se dá pelo trabalho, favorecendo, dessa maneira, a convivência familiar, social e cultural. A miscigenação avança, com um número cada vez maior de mulatos. Nasce uma religiosidade popular em torno das irmandades fundadas pela Igreja Católica, e dos terreiros de umbanda e candomblé , criados pelos negros . Em 1800, cerca de dois terços da população do país - 3 milhões de habitantes - são formados por negros e mulatos, escravos ou libertos.

Apesar dessa interação, os escravos mantêm-se em condição social inferior, e a escravidão, perpétua e hereditária, permanece regulada pela lei da alforria - concessão da liberdade pelo proprietário mediante indenização. Os escravos resistem fugindo das fazendas para os quilombos nos sertões e rebelando-se nas cidades.

Na segunda metade do século XIX cresce a campanha abolicionista no país, com a participação de brancos, negros, mulatos, escravos e libertos . Quando a escravidão

é extinta , em 1888, permanece sua herança na sociedade brasileira em forma de discriminação racial, social e econômica de negros e mulatos.

Tráfico de escravos – O comércio de escravos negros entre a África e o Brasil ocorre ao longo do período colonial e até a primeira metade do século XIX. Dominado por portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses, o tráfico existe desde o século XV e cresce junto com a economia colonial no Brasil. Entre 1550 e 1850 chegam ao país cerca de 3,5 milhões de cativos trazidos do continente africano, especialmente de Guiné, da Costa do Marfim, de Mali, do Congo, de Angola, de Moçambique e de Benin .

Pressão inglesa – A expansão da cultura cafeeira, a partir de 1830, aumenta a necessidade da mão-de-obra escrava. Ao mesmo tempo, por volta de 1800, crescem as pressões contra o tráfico negreiro, vindas principalmente da Inglaterra. São motivadas menos por razões humanitárias do que pela preocupação com a concorrência, já que nas colônias inglesas da Guiana e do Caribe o comércio de escravos fora proibido . Em 1831, cumprindo acordos firmados com a Inglaterra, o governo regencial declara o tráfico ilegal no território brasileiro. Mas a entrada de escravos africanos no país continua em grande escala. Diante disso, o Parlamento britânico aprova, em 1845, a Bill (lei) Aberdeen. Por ela, a Marinha de Guerra inglesa passa a ter direito de perseguir e aprisionar "tumbeiros" - os navios negreiros - em qualquer ponto do Atlântico. A partir daí, o tráfico torna-se muito arriscado e pouco lucrativo.

Muitos liberais brasileiros do Império se declaram contra o tráfico e a escravidão. De modo geral, porém, aceitam a continuidade do regime escravista, conveniente ao funcionamento da economia. Em 1850, o governo de dom Pedro II extingue definitivamente o comércio de escravos, com a lei do ministro da Justiça Eusébio de Queirós. É um grande passo para a abolição da escravatura quase quatro décadas depois.